

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**FERNANDA MARIA DE ALMEIDA SIQUEIRA  
RAMIRO**

**O REFLEXO DA QUESTÃO SOCIAL NAS DEMANDAS  
APRESENTADAS AO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO  
EMPRESARIAL: UMA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO OU  
MANUTENÇÃO DO CAPITALISMO?**

**VOLTA REDONDA**

**2024**

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O REFLEXO DA QUESTÃO SOCIAL NAS DEMANDAS  
APRESENTADAS AO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO  
EMPRESARIAL: UMA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO OU  
MANUTENÇÃO DO CAPITALISMO?**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aluna: Fernanda Maria de Almeida Siqueira  
Ramiro

Orientador: Professor Doutor Marcos Aurélio  
Ramalho Gandra

**VOLTA REDONDA**

**2024**

**FOLHA DE APROVAÇÃO****Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:**

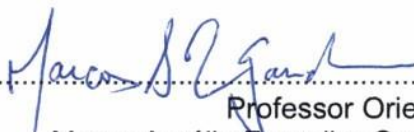
O reflexo da questão social nas demandas apresentadas ao serviço social o âmbito empresarial: uma luta pela emancipação ou manutenção do capitalismo?

**Elaborado por:** Fernanda Maria de Almeida Siqueira Ramiro

apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Serviço Social

Aprovada em 08 de novembro de 2024.

Banca Avaliadora:



Professor Orientador  
Marco Aurélio Ramalho Gandra, Doutor, UniFOA

Documento assinado digitalmente

gov.br

MONICA SANTOS BARISON

Data: 27/11/2024 09:20:57-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Avaliador  
Mônica Santos Barison, Doutora, UniFOA

Assinado de forma digital por  
URSULA ADRIANE FRAGA URSULA ADRIANE FRAGA  
AMORIM:01922712701 AMORIM:01922712701

Dados: 2024.11.27 10:09:38 -03'00'

Professor Avaliador  
Úrsula Adriane Fraga Amorim, Doutora, UniFOA

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu amado esposo Rômulo, que acompanhou a produção deste trabalho, dando todo apoio, fazendo meus lanches, pegando um copo d'água e tantas outras demonstrações de afeto!

## **RESUMO**

Nas últimas décadas, o Serviço Social tem se expandido para o setor privado, revelando tanto novas oportunidades quanto desafios. No contexto do neoliberalismo, que prioriza o individualismo e o lucro, o assistente social enfrenta uma dualidade: intervir na questão social dentro das empresas e, ao mesmo tempo, lidar com as limitações impostas pelos interesses corporativos. Essa tensão entre promover mudanças estruturais e a coação dos interesses empresariais coloca o assistente social diante de um dilema crítico.

A atuação do Serviço Social em ambientes corporativos deve equilibrar a assistência imediata aos trabalhadores com uma análise crítica das condições que perpetuam a desigualdade. A reflexão sobre essa atuação questiona a possibilidade de conciliar suporte efetivo com uma crítica às estruturas que geram essas demandas, buscando uma prática que preserve a autonomia profissional e alinhe-se aos princípios éticos da profissão

Palavras-chave: Serviço Social. Neoliberalismo. Autonomia profissional. Princípios éticos da profissão.

## **ABSTRACT**

In recent decades, Social Work has expanded into the private sector, revealing both new opportunities and challenges. In the context of neoliberalism, which prioritizes individualism and profit, social workers face a duality: intervening in social issues within companies while also dealing with the constraints imposed by corporate interests. This tension between promoting structural changes and the coercion of business interests presents a critical dilemma for social workers.

Social Work in corporate environments must balance immediate assistance to workers with a critical analysis of the conditions that perpetuate inequality. Reflecting on this practice questions the possibility of reconciling effective support with a critique of the structures that create these demands, seeking a practice that preserves professional autonomy and aligns with the ethical principles of the profession.

Keywords: Social Work, Neoliberalism, Professional Autonomy, Ethical Principles of the Profession.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS IMPOSTAS PELO NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO: A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO EMPRESARIAL, ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES .....	11
1.1 Mudanças do processo de produção capitalista: Adaptações na dinâmica laboral e na composição da classe da trabalhadora .....	19
1.2 Reconfigurações no mundo do trabalho: Características da atividade profissional na empresa	23
2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS E OS DESAFIOS SOCIAIS E LABORAIS: IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO DAS DOENÇAS NO AMBIENTE DE TRABALHO .....	26
2.1 A Saúde do Trabalhador à Luz de 'Sociedade do Cansaço': Desafios Neoliberais .....	31
2.2 Políticas Públicas e a Necessidade de Reformas na Saúde do Trabalhador .....	33
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35
REFERÊNCIAS .....	37

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a presença do Serviço Social em organizações privadas tem se intensificado, refletindo não apenas a expansão das oportunidades para assistentes sociais, mas também as profundas transformações nas dinâmicas sociais e econômicas. Este tema foi escolhido motivado pela minha vivência durante o estágio em uma empresa privada, onde pude observar os desafios e dilemas que emergem no exercício da profissão nesse contexto. O debate sobre a atuação do Serviço Social em ambientes corporativos é crucial para compreender como os valores neoliberais — como individualismo, competitividade e a busca incessante pelo lucro — influenciam diretamente a prática profissional.

Diante desse cenário, é fundamental analisar de que maneira as características do modelo neoliberal afetam a atuação do assistente social, que, ao adentrar o universo empresarial, se depara com desafios como a precarização das condições laborais, o assédio moral, a discriminação e outros dilemas éticos que surgem quando os interesses corporativos se sobrepõem ao bem-estar dos trabalhadores. Nesse contexto, a saúde do trabalhador surge como uma problemática central, dado que o modelo neoliberal tende a negligenciar questões de saúde e bem-estar, priorizando o lucro e a produtividade. A precarização das condições de trabalho, os altos índices de doenças ocupacionais e o impacto psicológico e emocional dos trabalhadores são questões que merecem especial atenção, principalmente pela atuação do Serviço Social, que tem um papel fundamental na promoção de direitos e na proteção da saúde no ambiente laboral.

Para investigar essa problemática, a presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise crítica de estudos sobre a atuação do Serviço Social em empresas privadas. Foram selecionados artigos, livros e pesquisas que discutem tanto o papel do assistente social nesse contexto quanto a influência do neoliberalismo na prática profissional. O objetivo é compreender como as dinâmicas de mercado e os interesses empresariais interferem na atuação do assistente social, além de identificar estratégias que preservem sua autonomia e mantenham a prática alinhada aos princípios éticos e políticos da profissão.

O trabalho está estruturado em dois capítulos. O primeiro aborda as transformações econômico-sociais impostas pelo neoliberalismo e suas implicações na gestão da força de trabalho, analisando a trajetória do Serviço Social no contexto empresarial, com ênfase nas rupturas e continuidades observadas. O segundo capítulo enfoca a evolução

histórica do Serviço Social nas empresas, discutindo as competências do assistente social e analisando os desafios sociais e laborais no ambiente de trabalho, com um foco específico nas doenças ocupacionais e suas implicações para a saúde do trabalhador. A conclusão reflete sobre a atuação do Serviço Social diante desses desafios, considerando as possíveis formas de intervenção e preservação dos princípios éticos da profissão em um contexto neoliberal.

# **1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS IMPOSTAS PELO NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO: A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO EMPRESARIAL, ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES**

As transformações econômico-sociais impostas pelo neoliberalismo têm sido profundas e abrangentes, afetando diversos aspectos da vida em sociedade, especialmente no que diz respeito à gestão da força de trabalho. O neoliberalismo, como apontam estudiosos como Harvey (2005), emerge como uma resposta ao esgotamento do modelo keynesiano e propõe uma reformulação das práticas capitalistas, defendendo a desregulamentação do mercado e a privatização de serviços públicos. Tal abordagem está enraizada em princípios políticos e econômicos que têm origem no liberalismo clássico, defendido por autores como Adam Smith (1776), que via a autonomia individual e a não intervenção do Estado na economia como essenciais para o desenvolvimento econômico.

Smith, um dos principais expoentes do liberalismo econômico, argumentava que o mercado livre, regido pela "mão invisível", seria capaz de promover a riqueza e o bem-estar geral sem a necessidade de uma forte regulação estatal. Suas ideias foram posteriormente reinterpretadas e expandidas por economistas liberais do século XX, como Friedrich Hayek (1944), que destacou a importância da competição livre e a limitação do papel do Estado na economia, aspectos centrais do neoliberalismo.

O liberalismo, como corrente multifacetada, abrange diversas ideologias e evoluiu ao longo da história em resposta às exigências do capitalismo. Autores como Polanyi (1944) ressaltam que, embora o liberalismo econômico tenha defendido historicamente a liberdade dos mercados, ele sempre conviveu com uma tensão entre a necessidade de regulação estatal e a defesa da autonomia dos mercados. Essa perspectiva é evidente quando se observa a trajetória histórica do liberalismo, que, desde o final do século XVIII, desempenhou um papel importante nas revoluções contra o absolutismo e o mercantilismo, conforme discutido por Hobsbawm (1962).

Essas transformações ideológicas, promovidas pelo liberalismo, abriram caminho para o desenvolvimento do neoliberalismo moderno, que, segundo autores como David Harvey (2005), busca reestruturar o poder de classe e ampliar o alcance dos mercados, mesmo que isso implique o aumento das desigualdades sociais e a precarização das condições de trabalho. E, segundo Couto,

É na luta contra o absolutismo, o poder do rei e da igreja que surge nos séculos

XVII e XVIII, o reconhecimento de que o homem é portador de direitos. Desses direitos, reconhecidos como individuais, eram portadores homens livres e autônomos e deviam ser exercidos contra o poder do Estado, sendo produto de uma sociedade conformada pelo ideário liberal. (COUTO, 2010, Pg.38).

O neoliberalismo apresenta semelhanças com o liberalismo ao enfatizar a proteção do mercado e defender que o Estado não deve ser o único responsável pela folha de pagamento, ou seja, pela criação de empregos e pela oferta de benefícios sociais. Esse modelo propõe que a responsabilidade pela empregabilidade e assistência social seja transferida para o setor privado e para os indivíduos, visando aumentar a eficiência e reduzir os gastos públicos. Ele também se opõe a regulamentações excessivas, favorece o livre mercado e busca diminuir a influência dos sindicatos no âmbito estatal. No entanto, apesar de sua base semelhante ao liberalismo, o neoliberalismo exerce uma influência econômica distinta, promovendo fortemente a adoção de novas tecnologias e, principalmente, a abertura do mercado.

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. (ANDERSON, 1996, p. 56).

A distinção do neoliberalismo em relação ao liberalismo reside na pretensa aceitação, pelos neoliberais, da necessidade da intervenção do Estado na economia para ampliar a qualidade de vida da população. Autores como Foucault (2008) destacam que, embora o neoliberalismo defenda a regulação do mercado pelo Estado, seu objetivo principal é aprimorar o ambiente econômico, combatendo práticas monopolistas como cartéis e trustes, que são práticas econômicas que visam a concentração de poder no mercado. Cartéis consistem em acordos entre empresas concorrentes, onde essas entidades se unem para fixar preços, limitar a produção ou dividir o mercado, o que prejudica a concorrência e os consumidores. Já os trustes referem-se à fusão de várias empresas em uma única entidade, resultando em um monopólio que pode dominar o mercado e elevar os preços. Ambas as práticas são consideradas ilegais na maioria das legislações, pois comprometem a livre concorrência e afetam negativamente os consumidores. Leis antitruste são implementadas para coibir essas ações e promover um ambiente de mercado mais justo e competitivo. No entanto, como sugere Harvey (2005), o neoliberalismo frequentemente fortalece essas mesmas práticas monopolistas, permitindo a concentração de poder econômico, contrariando o discurso de defesa da livre concorrência.

Na década de 1970, as ideias neoliberais se difundiram na América Latina,

primeiro no Chile, com a influência dos Chicago Boys<sup>1</sup>, e depois em países como México, Argentina, Venezuela e Peru. Segundo autores como Sader (2008), o neoliberalismo propôs novas abordagens para enfrentar os desafios do liberalismo, com foco na redução do papel do Estado, acreditando que essa estratégia impulsionaria o crescimento econômico.

Uma das principais implicações do neoliberalismo na gestão da força de trabalho é a busca pela flexibilização, como apontam Antunes (1999) e Harvey (2005). Isso se manifesta através da terceirização, contratação de mão de obra temporária e diminuição dos direitos trabalhistas, práticas justificadas sob a lógica de aumentar a competitividade e reduzir custos. No entanto, essas políticas resultaram em especulação financeira, aumento do desemprego estrutural e enfraquecimento dos sindicatos, conforme argumenta Antunes (2018).

Essas mudanças trouxeram consigo uma significativa redução dos salários e o aumento das desigualdades sociais em escala global. Conforme Fraser (2017) observa, o Estado neoliberal adota medidas para limitar seu apoio social, afetando áreas como saúde, educação e habitação, o que amplia ainda mais as desigualdades entre as classes sociais. Isso gerou fenômenos como a pejetização e a uberização, discutidos por Braga (2019), que estão diretamente relacionados à precarização das condições de trabalho e à crescente insegurança social dos trabalhadores. Nesse sentido, torna-se crucial repensar as políticas econômicas e sociais para assegurar a justiça social e a proteção dos direitos dos trabalhadores.

As mudanças normativas trabalhistas, como a "pejetização", que se intensificaram a partir dos anos 90, tiveram um impacto negativo nos trabalhadores à medida que a economia se expandia no Brasil. É importante destacar que a "pejetização" não deve ser confundida com terceirização; na verdade, esse modelo vai além, ultrapassando formas mais agressivas de terceirização ao modificar contratos de trabalho para contratos de prestação de serviço autônomo. Isso resulta na expropriação dos direitos dos trabalhadores e na utilização de inovações disruptivas na produção, o que torna mais desafiador para o Estado regular a relação entre empregadores e empregados.

---

<sup>1</sup> Os 'Chicago Boys' foram economistas chilenos formados em Chicago que implementaram reformas neoliberais no Chile após 1973, promovendo desregulamentação e privatização.

Conforme apontado por Ribeiro (2018), a "pejotização" ocorre quando um empregador contrata um funcionário como se fosse uma pessoa jurídica, evitando assim a formalização do vínculo empregatício e as obrigações trabalhistas decorrentes. No entanto, na prática, todos os elementos característicos de uma relação de emprego estão presentes, incluindo subordinação, pessoalidade, onerosidade e habitualidade.

Nesse contexto, observa-se a emergência de uma modalidade contratual marcada pela autonomização dos contratos de trabalho e pela adoção de inovações tecnológicas na produção, ocasionando uma diluição da identificação do empregador na relação laboral, gerando uma falsa percepção de sua ausência. Este cenário implica em uma reconfiguração do papel estatal sob os ditames do neoliberalismo, não apenas na redução dos direitos trabalhistas e na flexibilização das leis em favor da livre circulação de capital, mas também na mitigação do desemprego, na reconfiguração dos modelos laborais tradicionais e nas transformações na subjetividade do trabalhador.

As implementações das reformas trabalhistas neoliberais, como a Lei nº 13.467/2017, que promoveu a reforma trabalhista no Brasil, têm consolidado os trabalhadores "pejotizados" como uma parte essencial da força de trabalho na sociedade contemporânea. Essas reformas têm retratado os trabalhadores como beneficiados pela suposta oportunidade de se manterem empregados. No entanto, a realidade é bem diferente. São principalmente os trabalhadores de plataformas digitais, informais e intermitentes que conseguem, de maneira precária, sustentar-se e sobreviver diante das medidas de desmonte dos direitos trabalhistas e da negligência do Estado. Essas políticas frequentemente favorecem a flexibilização das relações de trabalho, como a introdução do trabalho intermitente e a prevalência do negociado sobre o legislado, além da redução da proteção social, deixando esses trabalhadores em condições vulneráveis e sem garantias básicas de segurança e estabilidade no emprego.

Outra implicação importante, e objetivo do neoliberalismo na gestão da força de trabalho, é o enfraquecimento dos sindicatos e das organizações trabalhistas. Segundo Frigotto (2010) e Piketty (2014), o neoliberalismo promove uma visão individualista das relações de trabalho, desencorajando a organização coletiva dos trabalhadores em busca de melhores condições e direitos laborais. Isso resulta na diminuição do poder de negociação dos trabalhadores e em uma maior concentração de poder nas mãos das empresas.

Além disso, conforme Bauman (2001) e Frigotto (2016), o neoliberalismo impacta significativamente a educação e a formação da força de trabalho, promovendo uma lógica de mercado na qual o valor de um trabalhador é medido apenas por sua produtividade

e capacidade de gerar lucro. Essa visão mercantilista desvaloriza habilidades e conhecimentos que não estão diretamente relacionados à geração de lucro, dificultando o acesso de certos grupos sociais a oportunidades de emprego.

Todos os direitos conquistados pela classe trabalhadora foram fruto de intensas lutas políticas contra a hegemonia do liberalismo, conforme discutido por Cohen e Arato (1992). Movimentos sindicais, protestos e negociações árduas garantiram direitos como salário mínimo, jornada de trabalho regulamentada, férias remuneradas, licença maternidade e condições seguras de trabalho. No entanto, como analisa Zizek (2010), o neoliberalismo, com sua ênfase na desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, age para retirar esses direitos. Sob o pretexto de aumentar a eficiência econômica, essas políticas frequentemente resultam na precarização do trabalho, aumento da informalidade e enfraquecimento dos sindicatos, minando os mecanismos de defesa dos trabalhadores.

As transformações econômico-sociais impostas pelo neoliberalismo têm profundas implicações na gestão da força de trabalho, isso requer uma análise crítica das políticas neoliberais e a busca por alternativas que promovam equidade no mercado de trabalho. Nesse sentido Holanda, (2001, p. 79-80), diz que “o neoliberalismo não se constitui num Projeto de emancipação humana; onde ele chega não chega como advento e surpresa de algo novo, chega com a perniciosidade de uma caixa de pandora<sup>2</sup>”. Assim, o neoliberalismo tem se consolidado mediante a restauração do poder de uma pequena elite financeira. Esta ideologia demonstra uma hegemonia marcante e um poder de dominação sobre o restante da sociedade. Ainda conforme Antunes (1995), a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Esta é a variação mais desprezível pregada pelo neoliberalismo: a invisibilização das temáticas do mundo do trabalho.

Para os assistentes sociais que atuam nas empresas, isso significa enfrentar demandas crescentes por intervenções relacionadas a proteção social dos trabalhadores.

---

<sup>2</sup> O A expressão "caixa de Pandora" refere-se a um mito da mitologia grega, em que Pandora, movida pela curiosidade, abre uma caixa que lhe havia sido proibida abrir, liberando assim todos os males do mundo, como a doença, a fome e a guerra, e deixando apenas a esperança presa dentro dela.

Aplicada ao contexto do neoliberalismo, a metáfora da "caixa de Pandora" sugere que, embora o neoliberalismo seja frequentemente promovido como uma solução inovadora e benéfica para os problemas econômicos e sociais, na realidade, ele traz consigo uma série de consequências negativas e inesperadas. Essas consequências incluem a erosão dos direitos trabalhistas, o aumento da desigualdade, a precarização das condições de trabalho, e a diminuição da proteção social. Em vez de promover a emancipação e o bem-estar humano, o neoliberalismo, assim como a caixa de Pandora, libera uma série de problemas e dificuldades que afetam negativamente a sociedade.

A trajetória do Serviço Social neste contexto tem sido marcada por uma série de rupturas e continuidades, especialmente à luz das transformações econômico-sociais impostas pelo neoliberalismo. O Serviço Social, enquanto profissão voltada para o enfrentamento das expressões da questão social, tem buscado adaptar suas práticas às demandas emergentes no ambiente corporativo, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios decorrentes das mudanças nas relações de trabalho e na gestão empresarial.

Inicialmente, o Serviço Social no contexto empresarial estava mais associado a ações filantrópicas e assistencialistas, onde assistentes sociais eram contratados para lidar com questões pontuais de assistencialismo aos trabalhadores, como distribuição de cestas básicas, assistência médica básica e organização de eventos comemorativos.

Essa fase foi marcada por uma relação mais verticalizada, onde o assistente social atuava muitas vezes como agente de controle social interno, buscando manter a ordem e a estabilidade dentro da empresa. No entanto, com o avanço do neoliberalismo e a intensificação das transformações no mundo do trabalho, o papel do Serviço Social no contexto empresarial começou a se transformar. Ao discutir essa transformação, é importante considerar tanto os impactos do neoliberalismo quanto a história e a evolução da profissão.

Com a expansão do neoliberalismo e suas implicações no mundo do trabalho, o papel do Serviço Social no contexto empresarial passou por transformações significativas. Como analisa Frigotto (2010), essas mudanças foram reflexo não apenas das pressões impostas pelo neoliberalismo, mas também da história e evolução da profissão. O Serviço Social tem desempenhado um papel fundamental na mediação entre trabalhadores e empregadores, buscando garantir condições dignas de trabalho e viabilizando os direitos. Conforme Iamamoto (2001), a profissão emergiu no contexto das transformações sociais e econômicas do século XIX e início do século XX, consolidando-se como uma prática voltada para a intervenção nas expressões da questão social.

No entanto, com o avanço do neoliberalismo a partir da década de 1980, o contexto empresarial passou por profundas transformações. Nesse cenário, os assistentes sociais que atuavam no ambiente corporativo se depararam com novos desafios e demandas, incluindo questões emergentes como saúde mental no trabalho, assédio moral e desigualdades salariais. Segundo Silva (2020), essas questões emergentes revelam a necessidade de uma atuação mais integrada dos profissionais, que agora lidam com um ambiente de trabalho cada vez mais complexo e precário.

Essas mudanças ampliaram o escopo de atuação do assistente social nas empresas, levando-os a assumir papéis mais estratégicos na formulação e implementação de

políticas de recursos humanos e programas de responsabilidade social corporativa. De acordo com Oliveira e Santos (2019), essa nova função implica uma responsabilidade significativa na promoção de um ambiente de trabalho saudável e ético.

Entretanto, essa ampliação de funções foi acompanhada por uma intensificação das demandas sobre os assistentes sociais. Segundo Santos e Souza (2018), o aumento da precarização do emprego e as pressões por produtividade resultaram em desafios inéditos para esses profissionais, que precisam desenvolver estratégias eficazes para lidar com a vulnerabilidade crescente dos trabalhadores.

Essas questões são frequentemente discutidas em diversos fóruns acadêmicos e profissionais, como congressos e seminários da área de Serviço Social, que acompanham as mudanças conjunturais do país e as transformações na prática profissional. No Brasil, o Congresso Brasileiro de Serviço Social, por exemplo, se destaca como um espaço importante para a troca de experiências, debates e reflexões sobre os desafios enfrentados pelos assistentes sociais no contexto empresarial e em outras áreas de atuação (Congresso Brasileiro de Serviço Social, 2021)

De acordo com Santos e Silva (2019), no Congresso Brasileiro de Serviço Social, passou a dar maior ênfase em temas relacionados às demandas emergentes do mercado de trabalho, tais como a precarização do emprego, o aumento da informalidade e as consequências para a vida dos trabalhadores. Esses temas refletem a necessidade de adaptação e atualização da profissão diante das novas realidades sociais e econômicas. Além disso, conforme destacado por Souza e Almeida (2020), o congresso tem proporcionado espaços de discussão sobre a inserção do Serviço Social no contexto empresarial e as estratégias para enfrentar os desafios e dilemas éticos presentes nesse campo de atuação. Isso inclui debates sobre a autonomia profissional, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a promoção de ambientes de trabalho saudáveis e inclusivos.

De acordo com Santos e Oliveira (2019), em seu relatório sobre "O Serviço Social nas Organizações: Tendências e Desafios", os assistentes sociais têm assumido um papel cada vez mais estratégico dentro das empresas, lidando com expressões da questão social complexas, como saúde mental, violência no trabalho, diversidade e inclusão, além de assédio moral e sexual. O relatório destaca os desafios enfrentados por esses profissionais ao se adaptarem a essas novas demandas e integrarem-se efetivamente nas estruturas organizacionais.

Essa mudança também trouxe consigo uma série de desafios e rupturas. O modelo neoliberal, ao enfatizar a flexibilização das relações de trabalho e a redução de custos

para as empresas, muitas vezes limita o espaço para a atuação do Serviço Social, exigindo dos profissionais uma capacidade maior de negociação e resistência frente às políticas empresariais que possam prejudicar os trabalhadores. Apesar das rupturas, algumas continuidades também podem ser observadas na trajetória do Serviço Social no contexto empresarial. A promoção da equidade e da dignidade humana continua sendo o cerne da profissão, inserida no Projeto Ético-Político do Serviço Social, que abrange princípios e diretrizes fundamentais para a prática dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2007). Mesmo em um ambiente marcado pela lógica do mercado e pela busca do lucro. Os assistentes sociais continuam a lutar por melhores condições de trabalho e pela garantia dos direitos dos trabalhadores, buscando construir pontes entre as demandas das empresas e as necessidades dos trabalhadores.

A atuação do Serviço Social no contexto empresarial é caracterizada por uma dinâmica complexa de transformações e permanências, que espelham as mudanças econômico-sociais em curso e os desafios contemporâneos da profissão. É fundamental que os assistentes sociais adotem uma postura crítica e comprometida com a defesa da justiça social, mesmo diante de um cenário que frequentemente reforça desigualdades. Essa postura requer uma análise crítica das práticas organizacionais, a promoção de iniciativas voltadas à inclusão e à diversidade, a colaboração com outros profissionais e movimentos sociais, além da dedicação à formação contínua em aspectos éticos e políticos.

Ao agir de forma coerente com os valores da profissão, o assistente social pode contribuir para enfrentar as contradições entre a prática profissional e a lógica do capitalismo. Visto que o objetivo central do Projeto Ético-Político do Serviço Social é a promoção da equidade, garantindo igualdade de oportunidades e acesso aos recursos sociais para todas as pessoas, (CFESS, 2018). A defesa da dignidade humana é um valor inalienável da profissão, reconhecendo a dignidade intrínseca de cada pessoa e lutando contra todas as formas de violação desse princípio (IAMAMOTO, 2007).

### **1.1 Mudanças do processo de produção capitalista: Adaptações na dinâmica laboral e na composição da classe da trabalhadora**

As mudanças no processo de produção capitalista representam um ponto crucial na evolução socioeconômica contemporânea, redefinindo não apenas as dinâmicas laborais, mas também a composição e a própria natureza da classe trabalhadora. Este fenômeno reflete não apenas uma transformação na organização do trabalho, mas também uma mudança mais profunda nas relações de produção e no sistema econômico como um todo.

Primeiramente, é importante destacar as adaptações na dinâmica laboral. Com o avanço da tecnologia e a busca incessante por eficiência e lucratividade, o processo produtivo passou por uma série de transformações. A automação, a robótica, a informatização e a digitalização tornaram-se elementos-chave na reconfiguração das tarefas laborais.

Iamamoto (2007), afirma que "A inovação no ambiente de trabalho precisa ser acompanhada por uma reflexão crítica sobre suas implicações para a exploração e a emancipação dos trabalhadores". Aqui, a autora enfatiza a importância de compreender a dinâmica das relações de trabalho no contexto capitalista. Segundo ela, a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais deve ser analisada criticamente, pois estas podem tanto aumentar a exploração do trabalho quanto abrir oportunidades para a melhoria das condições laborais. Marx, em sua análise do capitalismo, argumenta que as inovações tecnológicas são impulsionadas pela busca incessante do capital por maximizar o lucro, o que frequentemente leva à intensificação da exploração dos trabalhadores. Marx destaca que, embora as inovações possam aumentar a produtividade, elas também tendem a criar novas formas de controle e disciplina sobre a força de trabalho. "A maquinaria se torna o meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho além de todos os limites fixados pela natureza humana" (Marx, 1867).

A reestruturação do modo de produção capitalista sob a égide da política neoliberal, em conjunto com a acumulação flexível, tem profundos impactos na classe trabalhadora. Essas mudanças não apenas reconfiguram as dinâmicas econômicas, mas também redefinem as relações laborais, impondo novas demandas e pressões sobre os trabalhadores. Essas requisições de trabalho são explicadas por Antunes quando ele diz que,

[...] a expansão do trabalho part time<sup>3</sup>, assim como as formas pelas quais o capital

---

<sup>3</sup> O 'trabalho part time' é uma Modalidade de emprego em que o trabalhador realiza menos horas do que em um trabalho integral, oferecendo flexibilidade, mas frequentemente resultando em insegurança financeira e escassez de benefícios.

se utiliza dos trabalhadores imigrantes, cuja expressão são os dekasseguis<sup>4</sup> executando trabalhos desqualificados e frequentemente ilegais, constituem claros exemplos da enorme tendência à intensificação e exploração da força de trabalho no universo do Toyotismo. Este se estrutura preservando dentro das empresas matrizes um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais e envolvidos com seu ideário, bem como ampliando o conjunto flutuante e flexível de trabalhadores com o aumento das horas extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários etc., opções estas que são diferenciadas em função das condições do mercado que se inserem. Quanto mais o trabalho se distancia das empresas principais, maior tende a ser sua precarização. (ANTUNES, 2009, p.58-59).

Essas novas requisições muitas vezes se traduzem em formas precárias de emprego, como contratos temporários, trabalho intermitente e subcontratação, que fragilizam a segurança e estabilidade dos trabalhadores. Além disso, a intensificação do ritmo de trabalho e a pressão por maior produtividade podem levar a condições laborais mais desgastantes e até mesmo à precarização dos salários e benefícios. Além disso, as adaptações na dinâmica laboral e na composição da classe trabalhadora também levantam questões sobre a organização e representação dos trabalhadores. Sindicatos e movimentos trabalhistas muitas vezes enfrentam desafios significativos para se adaptar a essas novas realidades e proteger os direitos dos trabalhadores em um contexto de mudança rápida e fragmentação da força de trabalho.

A utilização contínua e ampla da ciência e da tecnologia dentro do contexto capitalista leva à dispensa de grandes números de trabalhadores, cujas funções são assumidas por máquinas. A geração de riqueza está cada vez mais associada ao trabalho já realizado e menos ao trabalho em curso. Paralelamente a essa redução, observa-se um aumento na qualificação e no caráter intelectual do trabalho social. Como Antunes explica,

[...]a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da qualidade de trabalho empregados, do que dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, que por sua vez não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia ou da aplicação desta ciência à produção (ANTUNES, 1999, p. 48).

Essas recentes abordagens na gestão da produção, que aparentemente promovem participação e horizontalidade, mascaram a captura da subjetividade do trabalhador pelo capital. Termos como "associado" e "colaborador" são usados de forma ideológica para se referir aos trabalhadores.

---

<sup>4</sup> Os 'Dekasseguis' são trabalhadores imigrantes, principalmente de origem japonesa, que buscam oportunidades em outros países, geralmente em condições precárias e em atividades de baixa qualificação.

Diferentes métodos e técnicas são empregados para fomentar uma maior lealdade à empresa e para estabelecer um controle mais efetivo sobre os trabalhadores, visando aumentar a produtividade em prol do capital. (GOUNET, 1999; ANTUNES 1999 & 2018)

A reorganização da produção pelo capital, usando a acumulação flexível, cria uma situação em que os trabalhadores são explorados em excesso. Isso acontece quando há mais horas de trabalho, práticas flexíveis, terceirização e a necessidade de habilidades variadas. Essas medidas são para garantir que o grande capital possa lucrar mais, aproveitando-se do excedente gerado pelo trabalho coletivo

Além disso, as mudanças no processo de produção têm impactado profundamente a composição da classe trabalhadora. Tradicionalmente dividida entre trabalhadores manuais e intelectuais, essa distinção tem se tornado cada vez mais difusa. A ascensão da economia do conhecimento e a valorização do capital humano, como discutido por Castells (1999), têm levado a uma maior diversificação e especialização das ocupações. Ao mesmo tempo, as disparidades socioeconômicas se aprofundam, criando uma crescente polarização entre trabalhadores altamente qualificados, muitas vezes beneficiados pela globalização e pelas inovações tecnológicas, e trabalhadores menos qualificados, que são frequentemente relegados a empregos precários e mal remunerados, conforme aponta Piketty (2014).

O aumento da terceirização, da subcontratação e do trabalho temporário tem minado a segurança no emprego e enfraquecido as proteções trabalhistas conquistadas ao longo do tempo, como analisa Frigotto (2010). As mudanças no processo de produção capitalista têm implicações profundas não apenas para a dinâmica laboral, mas também para a própria estrutura da sociedade. Compreender essas transformações é essencial para abordar os desafios contemporâneos relacionados ao emprego, à desigualdade e à justiça social.

Behring, por sua vez, ressalta a importância de uma gestão participativa que envolva os trabalhadores na implementação de inovações. Ela argumenta que a inclusão dos trabalhadores no processo decisório pode ajudar a alinhar as novas práticas às necessidades e expectativas dos empregados, mitigando os impactos negativos e potencializando os benefícios. "A gestão participativa é essencial para garantir que as inovações sejam implementadas de forma a atender tanto aos objetivos empresariais quanto às necessidades dos trabalhadores" (Behring, 2003).

Nesta conjuntura, é evidente que o modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, intensifica as contradições entre as classes sociais antagônicas a níveis alarmantes. Nesse contexto, aplica-se a ideia de Marx, "o resultado do modo de produção

capitalista é a acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital" (MARX, 2013, p.721). Para sustentar essa dinâmica, o capitalismo elimina todas as restrições que possam bloquear seu avanço, mesmo que isso implique em mergulhar mais profundamente nas contradições naturais de sua própria atividade produtiva.

## **1.2 Reconfigurações no mundo do trabalho: Características da atividade profissional na empresa**

Embora a dinâmica empresarial tenha se tornado mais flexível, referindo-se a várias práticas e políticas que permitem às empresas adaptarem-se rapidamente às mudanças no mercado, na tecnologia e nas necessidades dos trabalhadores, ainda é considerado crucial exercer controle sobre os trabalhadores. Como aponta Harvey (2007), são implementadas estratégias de envolvimento com o intuito de promover uma cultura organizacional que incentive a colaboração entre os funcionários. Essa cultura, segundo ele, busca estabelecer um ambiente onde todos os membros da organização trabalham juntos para alcançar os objetivos comuns da empresa.

Nessa perspectiva, o Serviço Social ganha destaque nas empresas. O assistente social desempenha um papel de ajuste; no entanto, conforme Netto (2013), é essencial que ele conduza sua prática profissional de maneira crítica, embasada em sua formação e compromisso teórico-político. Esse cenário suscita um debate importante e controverso no Serviço Social. Iamamoto (2010) ressalta que alguns profissionais argumentam que essa atuação pode reforçar a exploração, uma vez que os assistentes sociais, ao operar em um ambiente repleto de conflitos e contradições, estariam atendendo às demandas do capital para adaptar as empresas privadas à competitividade do mercado, priorizando o lucro em detrimento dos direitos trabalhistas. Isso se reflete também no trabalho de responsabilidade social, que, conforme Frigotto (2007), desloca para a sociedade a responsabilidade que deveria ser do Estado na garantia de direitos e coesão social.

Portanto, alguns profissionais veem com desconfiança essa atuação nas empresas, argumentando que ela contribui para a privatização, enquanto o assistente social deveria servir à sociedade como um serviço público oferecido pelo Estado, e não de forma privada, ampliando as práticas comerciais exploratórias. Entretanto, conforme coloca Harvey (2007), inseridos no contexto do sistema capitalista, essa é a lógica predominante. Com ou sem assistentes sociais, as empresas continuarão a maximizar sua produtividade. Não significa que, ao não trabalhar para o Estado, estejam, por consequência, contra ele. Pelo contrário, como ressalta Netto (2013), os assistentes sociais também são trabalhadores assalariados e estão imersos na lógica capitalista de precarização e desemprego. Como trabalhadores assalariados, porém críticos, é essencial que ocupem esses espaços, primeiramente para serem agentes ativos e, em segundo lugar, para exercerem sua atividade

profissional analisando o contexto institucional. Assim, por meio de uma visão holística, podem atuar nesse ambiente para mitigar os impactos do capital sobre os trabalhadores da empresa e a sociedade, através de estratégias de intervenção conscientes. Segundo Mota:

[...]a presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família. (MOTA 1985, p. 16).

O papel desempenhado pelo assistente social nessas empresas está intrinsecamente ligado à atuação do Serviço Social no campo laboral, uma vertente teórico-metodológica que emergiu durante a década de 1970.

Nesse contexto, o Serviço Social tem exercido um papel crucial como assessor nas questões relacionadas à gestão de pessoal, facilitando a integração dos trabalhadores aos novos requisitos da produção, promovendo a modernização das relações de trabalho e abordando a questão social que impacta o cotidiano dos trabalhadores. Em alguns setores, esses profissionais vêm se tornando gerentes da área de Administração de Recursos Humanos. (LIMA; COSAC, 2005, p.238).

O principal desafio enfrentado pelo assistente social nas empresas é articular as demandas específicas com os diversos elementos sociais presentes na vida de cada indivíduo inserido no mesmo contexto. Isso implica em acompanhar as múltiplas transformações da sociedade, especialmente no âmbito econômico, como as crises do capital. Elementos como cultura, política, ambiente familiar, situação financeira e subjetividade dos funcionários são exemplos dos aspectos sociais que podem influenciar a forma como o assistente social intervém. Iamamoto e Carvalho nos trazem:

O Assistente Social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. [...] O Serviço Social, como uma das formas institucionalizadas de atuação nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, tem, como instrumento privilegiado de ação, a linguagem. E este o meio privilegiado, através do qual se efetiva a peculiar ação persuasiva ou de controle por este profissional. Embora os serviços sociais sejam o suporte material e as entidades a base organizacional que condicionam e viabilizam a atuação técnica do Assistente Social, este dispõe de características peculiares. Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. (IAMAMOTO E CARVALHO 2009, p. 112 e 114)

Ao atuar nas dinâmicas do ambiente de trabalho e nas manifestações da questão

social, o assistente social deve analisar e intervir nas condições que impactam a qualidade de vida dos trabalhadores. Sua função é identificar e abordar as tensões nas organizações, promovendo a autonomia dos indivíduos e assegurando a defesa de seus direitos, enquanto se alinha aos objetivos institucionais.

Além disso, o assistente social deve monitorar e avaliar continuamente os resultados das intervenções e programas, ajustando estratégias conforme necessário para garantir a eficácia das ações. É fundamental que elabore e implemente projetos que promovam a inclusão social e a melhoria das condições de vida, contribuindo para a missão social da instituição.

Embora os conflitos sociais e as contradições sejam inerentes ao ambiente de trabalho, é por meio das necessidades dos trabalhadores e das expressões de suas lutas que o assistente social é convocado a intervir. O profissional é chamado a atuar frente às demandas humanas no contexto laboral, tendo como princípio promover a justiça social e a equidade. “um novo tipo de socialização do trabalhador e de sua família, que afeta todo o seu cotidiano, de modo a adaptá-lo ao novo modo de vida e aos métodos do trabalho industrial”. (Iamamoto; Carvalho, 2009, p. 119).

A integração do Serviço Social no contexto empresarial, com foco no desempenho profissional ligado à qualidade de vida dos trabalhadores, clima organizacional, saúde ocupacional, gestão de recursos humanos, entre outros aspectos, não se restringe exclusivamente a empresas de caráter lucrativo. Ela é aplicável a diversas instituições, sejam elas empresas privadas, entidades públicas ou empresas de economia mista.

## **2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS E OS DESAFIOS SOCIAIS E LABORAIS: IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO DAS DOENÇAS NO AMBIENTE DE TRABALHO**

A atuação do Assistente Social nas empresas capitalistas envolve o desafio de equilibrar as demandas dos empregadores e dos trabalhadores. Surge, então, a questão: é possível atender e satisfazer as necessidades de ambos? A prática indica que não. Essa conclusão se torna evidente ao analisarmos o processo de produção capitalista, que é fundamentalmente voltado para o lucro. Embora o discurso de responsabilidade social, colaboração e participação nos lucros seja atraente, uma análise mais profunda revela uma manipulação coercitiva por trás dessas promessas.

O Assistente Social desempenha um papel fundamental nesse processo de reprodução social e cultural, pois é responsável por organizar, gerenciar e mediar ações que buscam satisfazer os trabalhadores. Isso leva ao maior engajamento dos trabalhadores no processo produtivo e, conseqüentemente, à satisfação dos empregadores. De acordo com Barroco (2009, p. 42), "o assistente social atua como um mediador das relações sociais dentro da empresa, sendo fundamental para a construção de um ambiente de trabalho mais equitativo e saudável."

A atuação do assistente social no ambiente empresarial revela a expressão da questão social na vida dos trabalhadores. Como salienta Netto (2005, p. 21), "o Serviço Social é uma prática que busca compreender e intervir nas relações sociais em contextos marcados pela desigualdade e pela exploração." Questões como a precarização do trabalho e as desigualdades sociais são refletidas nas demandas apresentadas ao setor de Serviço Social. Além disso, Sposati (2009, p. 45) afirma que "as transformações no mundo do trabalho impõem aos assistentes sociais a necessidade de desenvolver intervenções que respondam às novas realidades e desafios."

O Serviço Social no âmbito empresarial teve seu início em 1941 nas empresas estatais, expandindo-se para o setor privado a partir de 1943, conforme mencionado por Yamamoto e Carvalho (1982), cujas publicações são consideradas clássicas na área. Esse desenvolvimento foi catalisado pelo contexto político da época, caracterizado pelo movimento dos trabalhadores em busca de melhores condições laborais. A contratação de assistentes sociais visava atenuar os conflitos originados da dicotomia entre capital e trabalho.

A atuação desses profissionais nas corporações tornou-se mais proeminente na década de 1970, uma vez que as relações no ambiente de trabalho passaram a exigir a intervenção desses especialistas para atender às necessidades de manutenção da força de trabalho. Gomes et al. (2010) observam que o processo de reestruturação produtiva, que se iniciou na década de 1970, resultou em significativas mudanças nas organizações privadas. A crise de acumulação capitalista impôs novas orientações, levando a um novo modelo de gestão da força de trabalho. A partir dos anos 1980, novas tecnologias surgiram, ocasionando transformações no cenário laboral. Nesse contexto, as empresas passaram a desenvolver iniciativas para alinhar os interesses dos trabalhadores aos objetivos organizacionais.

A função do assistente social, portanto, foi submetida a diversas modificações em resposta a essas novas exigências. Os autores citados ressaltam que esses profissionais começaram a ser convocados para lidar com questões relacionadas à produtividade, à oferta de serviços sociais e ao suporte às lideranças, além de atividades de caráter assistencial e educativo voltadas aos colaboradores e suas famílias. Mota (1985), uma das principais referências sobre a atuação de assistentes sociais em empresas, observa que a presença desses profissionais no setor privado demonstra que a expansão do capitalismo cria novas demandas sociais. Dessa forma, o assistente social contribui nas esferas assistencial e educativa.

A contribuição desses profissionais pode se dar por meio de atendimentos individuais ou coletivos aos trabalhadores, incluindo também o apoio aos seus familiares. A inclusão de assistentes sociais no ambiente corporativo reflete a importância atribuída à qualidade do trabalho realizado pelos funcionários, que pode ser influenciada por carências materiais e psicológicas, assim como por comportamentos que divergem das diretrizes organizacionais. Um suporte social efetivo pode, ainda, ajudar na prevenção de ações trabalhistas.

Conforme Amaral e Cesar (2009), a partir da década de 1980, a presença de assistentes sociais nas empresas começou a se tornar evidente, favorecida pela conjuntura brasileira do período, em que a classe trabalhadora se organizava politicamente através da criação de partidos e sindicatos. Nos anos 1990, conforme exposto por Cesar (2010), o Serviço Social no setor de Recursos Humanos passou a experimentar transformações em sua abordagem técnica e ideopolítica, que integraram práticas tradicionais e novas demandas.

Na transição para o novo milênio, Amaral e Cesar (2009) indicam que ocorreram alterações significativas no ambiente corporativo, período esse que alguns estudiosos definem como "acumulação flexível". Essas mudanças impactaram tanto a lógica operacional das empresas quanto o papel do assistente social, que começou a interagir

diretamente com os colaboradores para facilitar a adaptação às novas tecnologias, modalidades de contratação e à flexibilização do trabalho.

A atuação do assistente social também passou por um processo de requalificação, dado que novas exigências surgiram para essa profissão. Entre suas funções, destaca-se a responsabilidade de garantir a adesão e o comprometimento dos trabalhadores com as novas práticas laborais. Esse processo de adaptação foi frequentemente apoiado por meio de programas de recursos humanos focados no desenvolvimento de habilidades, capacitação, remuneração baseada em desempenho, gestão de benefícios e iniciativas de segurança no trabalho, visando à prevenção de acidentes. Essa abordagem, segundo Amaral e Cesar (2009), representa a integração entre a Administração de Recursos Humanos e os princípios da Gestão da Qualidade Total.

É relevante observar que essas novas exigências se somam às competências tradicionalmente requeridas dos assistentes sociais, incluindo a manutenção de um caráter educativo, orientado para a mudança de hábitos e comportamentos dos trabalhadores, a fim de adequá-los ao processo produtivo. Questões como absenteísmo, alcoolismo, uso de substâncias, afastamentos, conflitos familiares e dificuldades financeiras continuam a ser abordadas (Mota, 1985). Ademais, a mediação de conflitos entre a organização e os colaboradores é uma função importante.

Os assistentes sociais são frequentemente chamados a intervir em programas de Gestão de Pessoas, como Programas de Treinamento e Desenvolvimento, Programas Participativos (Gestão da Qualidade Total) e Programas de Qualidade de Vida. Amaral e Cesar (2009) afirmam que a atuação desses profissionais se dá por meio da coleta e análise de informações, que podem ser obtidas, por exemplo, por meio de entrevistas, visando correlacionar práticas de gestão com o clima organizacional da empresa. Esses resultados devem ser examinados e comunicados aos gestores, servindo como indicadores para possíveis alterações na estrutura do processo de trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade.

Adicionalmente, Amaral e Cesar (2009) ressaltam que esses profissionais possuem um portfólio diversificado de frentes de atuação nas empresas, incluindo gestão de recursos humanos, programas participativos, desenvolvimento de equipes, melhoria do ambiente organizacional, ações comunitárias, certificação social e educação ambiental. Assim, conforme enfatizado por Cesar (2010), o assistente social é frequentemente solicitado a atuar como consultor dos gestores, visando aprimorar a administração das pessoas e promover confiança, aprendizado, crescimento e satisfação entre os colaboradores. Este

profissional é convocado para atuar na área de Gestão de Pessoas, com o intuito de atender às necessidades humanas dos trabalhadores e contribuir para a formação de um comportamento produtivo em alinhamento com as exigências organizacionais, servindo como um facilitador na adesão às novas formas de produção.

Cesar (2010) observa que o Serviço Social é demandado para intervir em problemas que impactam diretamente a produtividade dos trabalhadores, abordando questões psicossociais que, embora não estejam diretamente ligadas ao trabalho, influenciam de forma significativa no desempenho laboral.

O ambiente de trabalho empresarial apresenta desafios sociais e laborais que afetam diretamente a saúde dos trabalhadores. No Brasil, esses obstáculos têm sido analisados por diversos autores, ressaltando a urgência de enfrentar as questões relacionadas às doenças ocupacionais.

Um dos principais problemas é a exposição a condições inadequadas de trabalho. Estudos de Silva et al. (2018) e Santos e Oliveira (2020) evidenciam que a presença de agentes físicos, químicos e biológicos no ambiente laboral contribui significativamente para o surgimento dessas doenças. Além disso, jornadas excessivas estão ligadas a distúrbios do sono e estresse, conforme apontado por Vieira (2019).

A precarização do trabalho é uma questão crítica e está intimamente relacionada aos desafios enfrentados pelos trabalhadores. Autores como Souza (2017) e Lima (2021) argumentam que a falta de estabilidade, baixos salários e a ausência de benefícios trabalhistas comprometem não apenas a qualidade de vida, mas também aumentam a vulnerabilidade a doenças ocupacionais.

A insegurança no emprego cria um ambiente de incerteza, impactando a saúde mental dos trabalhadores. A constante preocupação com a demissão eleva os níveis de estresse e ansiedade, fatores diretamente associados a doenças como depressão e síndrome de burnout<sup>5</sup>. Leite (2018, p. 45) afirma: "a insegurança no emprego é um dos principais fatores que contribuem para a deterioração da saúde mental dos trabalhadores, exacerbando problemas psicológicos".

Ademais, salários baixos frequentemente não garantem uma vida digna, levando os trabalhadores a enfrentar dificuldades financeiras que afetam sua saúde física e mental.

---

<sup>5</sup> Burnout é uma síndrome resultante de estresse crônico no ambiente de trabalho, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal.

Essa realidade pode resultar em escolhas alimentares inadequadas e limitar o acesso a cuidados de saúde.

A ausência de benefícios trabalhistas, como planos de saúde e assistência médica, coloca os trabalhadores em uma posição vulnerável diante de doenças ocupacionais. Sem acesso a tratamento adequado, muitos não recebem o suporte necessário para lidar com problemas de saúde, o que pode resultar em complicações a longo prazo.

A precarização intensifica o estresse e gera um ambiente hostil. Santos (2019, p. 102) ressalta que "a precarização não só afeta a saúde individual dos trabalhadores, mas também tem implicações diretas para a saúde coletiva".

A sobrecarga de tarefas, a pressão por resultados e a falta de apoio institucional dificultam a execução segura das atividades laborais, aumentando o risco de acidentes e lesões. Oliveira (2020, p. 36) observa que "o aumento das exigências laborais e a diminuição das garantias trabalhistas têm gerado um aumento significativo nos índices de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais". Assim, a precarização não compromete apenas a qualidade de vida, mas expõe os trabalhadores a riscos elevados de adoecimento.

Diante desse cenário, é fundamental implementar políticas e práticas que garantam condições de trabalho dignas e seguras. Os impactos na saúde são variados; lesões musculoesqueléticas, transtornos mentais e doenças respiratórias figuram entre as consequências mais comuns. Carvalho et al. (2019) destacam a alta incidência de lesões em atividades repetitivas, enquanto Almeida et al. (2016) discutem a prevalência de transtornos mentais, como depressão e ansiedade.

Portanto, estratégias de prevenção e intervenção são essenciais. Políticas de saúde ocupacional, programas de promoção da saúde mental e treinamentos são cruciais para enfrentar as consequências adversas do trabalho capitalista. Mendes e Dias (2018) enfatizam a importância dessas políticas, e Dias et al. (2020) discutem abordagens para a prevenção de transtornos mentais. Marques e Oliveira (2017) ressaltam a necessidade de capacitação para prevenir acidentes e promover práticas ergonômicas.

Em síntese, a análise dos desafios sociais e laborais relacionados às doenças no ambiente empresarial brasileiro sublinha a urgência de políticas que protejam a saúde dos trabalhadores. Abordar essas questões de forma crítica é vital para questionar e desafiar as estruturas opressoras do trabalho capitalista.

## **2.1 A Saúde do Trabalhador à Luz de 'Sociedade do Cansaço': Desafios Neoliberais**

A saúde mental dos trabalhadores emergiu como uma preocupação crescente em ambientes que operam sob a lógica neoliberal. A obra de Byung-Chul Han, "Sociedade do Cansaço", oferece uma crítica contundente às consequências desse sistema econômico na vida contemporânea, evidenciando como molda a subjetividade e as condições de vida dos indivíduos. Han argumenta que a incessante busca por produtividade e sucesso resulta em um aumento das doenças psíquicas, como depressão e ansiedade, expressões de uma sociedade exausta.

O conceito de "sociedade do cansaço" caracteriza-se pela autoexploração, onde os indivíduos se tornam responsáveis não apenas por suas realizações, mas também por seu estado emocional. Segundo Han (2015), sob o neoliberalismo, as pessoas são instigadas a se tornarem "empreendedoras de si mesmas", gerando uma cultura de competição e pressão constante para maximizar o potencial. Essa realidade se reflete nas exigências do ambiente de trabalho, onde altos níveis de estresse, prazos apertados e a falta de controle sobre as atividades contribuem para o surgimento de síndromes como o burnout.

A análise do impacto do neoliberalismo na saúde mental dos trabalhadores deve incluir as condições sociais e organizacionais que perpetuam essa realidade. Han (2015) destaca que "o excesso de possibilidades" trazido pela modernidade líquida se transforma em uma fonte de ansiedade, pois as pessoas se sentem forçadas a fazer escolhas contínuas em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Assim, a saúde mental torna-se uma questão central, evidenciando as consequências diretas das pressões impostas pelo sistema econômico contemporâneo.

Nesse contexto, o assistente social desempenha um papel crucial na mediação entre as demandas dos trabalhadores e as políticas públicas disponíveis. Esses profissionais devem atuar com uma compreensão crítica das estruturas que geram desigualdades, promovendo ambientes que respeitem a dignidade e a saúde dos indivíduos. Netto (1999) enfatiza que "a prática do assistente social deve ser pautada pela compreensão crítica da realidade social e pela busca de transformação das condições que geram e perpetuam as desigualdades".

Han também ressalta a vulnerabilidade social dos trabalhadores, exacerbada pelas condições de trabalho precarizadas e pela falta de suporte. A precarização do trabalho,

somada à ausência de políticas eficazes, perpetua desigualdades. A insegurança no emprego e a falta de reconhecimento alimentam um ciclo de adoecimento psíquico, como apontado por Braga (2012), que argumenta que a instabilidade financeira gera uma cultura de ansiedade e estresse crônico.

Ademais, a cultura de alta performance imposta pelo neoliberalismo intensifica a exigência por resultados cada vez mais elevados, levando os trabalhadores a se sentirem constantemente sobrecarregados (Han, 2015). Essa pressão incessante não apenas impacta o desempenho profissional, mas também provoca um desgaste emocional significativo, refletindo na qualidade de vida dos trabalhadores. Portanto, é essencial que o Serviço Social reconheça e intervenha nas dinâmicas que sustentam essa cultura do cansaço, implementando estratégias que promovam a saúde integral dos trabalhadores.

A relação entre saúde mental e a questão social torna-se mais evidente ao considerar o uso abusivo de álcool e drogas. Muitos trabalhadores recorrem a essas substâncias como forma de lidar com a pressão e o estresse do cotidiano, criando um ciclo vicioso que agrava a situação. Como afirmado por Yamamoto (2007), a questão social reflete as desigualdades estruturais, manifestando-se em problemas como a dependência química. A atuação do assistente social nesse contexto é imprescindível, pois esses profissionais devem mediar entre as necessidades dos trabalhadores e os serviços disponíveis, assegurando direitos e promovendo a cidadania.

Os planos de saúde empresariais, frequentemente precários, também precisam ser considerados nessa análise. Han ressalta que, embora a saúde seja um direito constitucional, muitos trabalhadores dependem de planos que não atendem adequadamente suas necessidades, refletindo as desigualdades sociais no Brasil. Faleiros (2014) observa que "a saúde do trabalhador é afetada não apenas pelas condições físicas do trabalho, mas também pela precariedade dos direitos sociais, incluindo a saúde" (p. 29). Nesse sentido, a atuação do assistente social é crucial na luta por melhores condições de saúde e acesso a serviços de qualidade.

A obra de Byung-Chul Han proporciona uma reflexão profunda sobre os efeitos do neoliberalismo na saúde mental dos trabalhadores, enfatizando a relevância do Serviço Social na mediação e na busca por condições de trabalho mais justas. O assistente social, ao compreender as complexidades da realidade social e as demandas dos trabalhadores, pode contribuir de maneira significativa para a promoção de ambientes que respeitem a saúde e garantam direitos, rompendo assim o ciclo de sofrimento gerado pela lógica neoliberal.

## 2.2 Políticas Públicas e a Necessidade de Reformas na Saúde do Trabalhador

A saúde do trabalhador no contexto contemporâneo é fundamental e está profundamente relacionada à crítica que Byung-Chul Han apresenta em *Sociedade do Cansaço*. Han aponta que a pressão constante por produtividade e competitividade no ambiente laboral é um fator determinante para o adoecimento mental dos trabalhadores. Nesse sentido, é imprescindível a reformulação das políticas públicas para garantir condições de trabalho que respeitem e promovam a saúde integral, entendendo-a como uma questão social e coletiva.

A análise das políticas neoliberais revela uma realidade alarmante. Conforme Antunes (2005), a desregulamentação do trabalho e o controle intensificado sobre os trabalhadores geram uma vulnerabilidade que afeta diretamente sua saúde mental. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que 50% dos trabalhadores se sentem sobrecarregados e estressados pelas exigências laborais, comprometendo a qualidade de vida e a produtividade (OIT, 2020).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, estabelece que "são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a redução dos riscos inerentes ao trabalho" (BRASIL, 1988). No entanto, a realidade mostra que a implementação desses direitos é insatisfatória. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aponta que, em 2021, apenas 32% das empresas cumpriram as normas de saúde e segurança, evidenciando uma lacuna crítica entre a legislação e as condições reais no ambiente de trabalho (MTE, 2021).

É urgente que as políticas de saúde ocupacional sejam ampliadas para incluir uma abordagem que contemple não apenas a prevenção de acidentes, mas também o bem-estar psicológico e social dos trabalhadores. A Lei 8.080/90 reitera que "a saúde é um direito de todos e dever do Estado" (BRASIL, 1990), o que exige uma ação proativa do Estado na criação de ambientes que favoreçam a saúde integral.

O papel do assistente social é crucial nesse contexto, pois ele atua na viabilização do acesso aos direitos e serviços públicos. Os profissionais de Serviço Social devem trabalhar para que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas, garantindo que as necessidades dos trabalhadores sejam atendidas e que as condições de trabalho sejam dignas e respeitadas. A compreensão crítica da realidade social é essencial para identificar as raízes das desigualdades e promover mudanças significativas.

Adicionalmente, a cultura da alta performance imposta pelo neoliberalismo intensifica a exigência por resultados, fazendo com que os trabalhadores se sintam constantemente sobrecarregados (Han, 2015). Essa pressão não apenas compromete o desempenho profissional, mas também resulta em um desgaste emocional considerável, afetando a qualidade de vida dos trabalhadores.

Em suma, a saúde do trabalhador é uma questão premente que requer uma reformulação das políticas públicas. Essas devem adotar uma visão integral que considere não apenas os aspectos físicos, mas também os psicológicos e sociais do trabalho. É essencial que a promoção da saúde no ambiente laboral seja uma prioridade, reconhecendo que a saúde do trabalhador é um direito garantido por lei e uma necessidade urgente na sociedade contemporânea.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação do Serviço Social em organizações privadas, especialmente sob a influência do modelo neoliberal, revela um panorama complexo e desafiador. Este trabalho, intitulado "O Reflexo da Questão Social nas Demandas Apresentadas ao Serviço Social no Âmbito Empresarial: Uma Luta pela Emancipação ou Manutenção do Capitalismo?", buscou compreender como as demandas dos trabalhadores refletem as adversidades sociais geradas pelo sistema capitalista e como essas condições afetam a prática profissional do assistente social.

Os dados e reflexões evidenciam que a presença do assistente social em ambientes corporativos não se configura como uma solução para os problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores. Ao contrário, essa atuação é permeada por contradições que podem comprometer a eficácia do profissional na promoção da equidade. As condições laborais deterioradas, agravadas pela lógica neoliberal, resultam em um aumento das demandas relacionadas à saúde mental e ao estresse, destacando como o modelo vigente pode ser prejudicial à qualidade de vida.

Neste contexto, é essencial reconhecer que o assistente social opera em uma "zona cinza", onde sua capacidade de atuação é limitada pelo poder do capital. Embora sua presença seja fundamental, as restrições impostas pelo ambiente corporativo e pela lógica neoliberal são inegáveis. Essa compreensão crítica da realidade social é uma exigência do método marxista, que nos incentiva a observar a realidade com suas determinações e mediações.

A análise crítica da obra "A Sociedade do Cansaço", de Byung-Chul Han, foi fundamental para essa compreensão, pois o autor ressaltava como as pressões contemporâneas moldam a experiência laboral, levando a um estado de exaustão e adoecimento coletivo. Além de Han, outros autores foram cruciais para a construção deste trabalho. A obra de Yamamoto (2014), que discute a questão social sob a perspectiva das desigualdades estruturais, contribuiu para entender o papel do Serviço Social na mediação dessas disparidades. Antunes (2009) abordou a relação entre trabalho e saúde mental, oferecendo uma base teórica para compreender as implicações do estresse crônico na vida dos trabalhadores.

É importante também reconhecer que, embora já exista uma legislação que busca proteger as condições laborais, essa ação do Estado é muitas vezes negligenciada ou

desrespeitada pelas empresas, especialmente nas pequenas e médias. Portanto, o Serviço Social deve apontar para a necessidade de maior controle e fiscalização por parte do Estado, mesmo que essa proposta esbarre nas limitações impostas pelo neoliberalismo, que preconiza um Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

Dessa forma, a reflexão proposta neste trabalho evidencia que a questão social não se resume a um conjunto de demandas individuais, mas reflete as desigualdades estruturais da sociedade capitalista. As solicitações apresentadas ao Serviço Social no âmbito empresarial manifestam essas disparidades, requerendo intervenções que transcendam o assistencialismo. Ao lidar com essas questões, o Serviço Social deve se posicionar em uma linha de tensão entre a emancipação dos trabalhadores e a manutenção do sistema capitalista.

Em síntese, ao atuar em contextos empresariais, o Serviço Social deve firmar um compromisso ético na promoção de mudanças que visem a justiça social. O alinhamento entre a prática interventiva e a análise crítica das estruturas que perpetuam desigualdades é fundamental para que a profissão desempenhe um papel significativo na defesa dos direitos humanos. Este trabalho conclui que a efetividade do Serviço Social na contribuição para a justiça social está intrinsecamente ligada à sua capacidade de confrontar e transformar as condições estruturais que sustentam a desigualdade no ambiente corporativo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariana. D., et al. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Transtornos mentais comuns em trabalhadores de enfermagem de um hospital público. 2016.

AMARAL, Ana. S.; CESAR, Maria. J. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: **CFESS /ABEPSS**. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

ANDERSON, Perry. **A longa década de 1970: uma história do neoliberalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_ **O trabalhador e a nova ordem do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_ **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_ **O que é o neoliberalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_ **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_ **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: a busca do vínculo social na modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARROCO, Darlene. S. **O Serviço Social e as novas demandas sociais**. Revista Brasileira de Serviço Social, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 42, 2009.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: Do Populismo à Hegemonia Lulista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_ **A Política do Precariado: Do Populismo à Hegemonia Lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/const/1988/constituicao.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização e funcionamento dos serviços**

**correspondentes.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 03 out. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Vol. 1: A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/2010/codigo\\_de\\_etica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/2010/codigo_de_etica.pdf). Acesso em: 5 set. 2024.

CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social.** Brasília, 2018.

COSAC, Cláudia; LIMA, Maria. **Serviço Social na empresa.** Revista Katálysis, v. 8, n. 2, p. 235-246, jul./dez. 2005.

COUTO, Bruno. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, Vicente F.. **Trabalho e Saúde: Uma Abordagem Sociológica.** São Paulo: Cortez, 2014.

FRIGOTTO, Gaudencio. **As relações de trabalho na contemporaneidade: desafios para o Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_ **Educação e formação profissional: desafios contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_ **Serviço Social e capital: novas dimensões da questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. **Capitalismo: uma conversa sobre crítica, feminismo e marxismo.** São Paulo: Boitempo, 2017.

GOMES, Ana. L.; SILVA, Marcos. F.; PEREIRA, Renata. A. **O Serviço Social nas empresas: uma análise da reestruturação produtiva e seu impacto nas relações de trabalho.** São Paulo: Editora X, 2010.

GOUNET, Thierry. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.

HAN, Byung-Chul. **A Sociedade do Cansaço.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_ **O que é o neoliberalismo.** São Paulo: Editora Mandacaru, 2007.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. (Obra original publicada em 1944).

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

HOLANDA, Sérgio. **O neoliberalismo e suas consequências sociais**. In: O Brasil em tempos de neoliberalismo: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora XYZ, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em contexto de transformação: o projeto ético-político da profissão**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: desafio e compromisso**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Maria de Fátima. **O Serviço Social na atualidade: aspectos e tendências**. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social: formação profissional e competências**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de neoliberalismo: direitos e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, Rodrigo S. **Insegurança no emprego e saúde mental: impactos psicológicos no ambiente de trabalho**. Curitiba: Editora A, 2018.

LIMA, Raquel M. **A precarização do trabalho e seus reflexos na saúde do trabalhador brasileiro**. Trabalho & Sociedade, 2021.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relatório Anual de Segurança e Saúde no Trabalho**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.gov.br/mte/pt-br>. Acesso em: 03 out. 2024.

MOTA, Ana Elizabete. **Feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa**. São Paulo: Cortez, 1985.

NETTO, José P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social e Neoliberalismo: a nova agenda da profissão**. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_ **Serviço Social: A realidade do trabalho e suas perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Luciana. M.; PEREIRA, Isabela. M. **Exposição a agentes químicos e doenças respiratórias em trabalhadores da indústria têxtil.** Revista Saúde Ocupacional, 2020.

PEREIRA, Lucas. D. **O impacto do neoliberalismo nas políticas sociais brasileiras.** São Paulo: Cortez, 2014.

RAUBER, Ivana. **O neoliberalismo e suas consequências para o Serviço Social.** Revista Serviço Social em Perspectiva, 2020.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade no século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_ **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_ **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

\_\_\_\_\_ **O dinheiro e o território.** São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Natália. C. **Trabalho e precarização: o impacto do neoliberalismo na saúde mental do trabalhador.** São Paulo: Cortez, 2019.

TEIXEIRA, Silvia. M. F.; SOUZA, Marcelo. **O trabalho do assistente social em contexto empresarial: desafios e perspectivas.** Serviço Social & Realidade, 2021.

VIEIRA, Cláudia. A. **Serviço Social e saúde mental: desafios contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2017.

VIEIRA, José. P. **Trabalho e exploração: uma análise crítica do contexto empresarial.** São Paulo: Cortez, 2021.

